

**IV Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre  
Educação Profissional e Tecnológica  
IV Seminário ProfEPT IFRS**

As (contra)reformas nas políticas educacionais no Brasil e seus  
impactos na Educação Profissional e Tecnológica

**28 a 30 de Agosto de 2023**

**IDENTIFICANDO OS DESAFIOS CONTÍNUOS NO PROCESSO DE INGRESSO:  
uma revisão sistemática da literatura sobre a Lei 12.711/2012**

Daiana  
Schons<sup>1</sup>Renata  
Porcher Scherer<sup>2</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)<sup>1</sup>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)<sup>2</sup>

**Eixo Temático:** Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão na EPT

**Palavras-chave:** Lei 12.711/2012. Ingresso. Acesso à Informação. Política de Inclusão

## **INTRODUÇÃO**

Em 2012, foi sancionada a Lei n.º 12.711/2012, conhecida como "Lei das Cotas", que representa uma importante ação afirmativa para o acesso à educação técnica e superior. Essa lei completou 10 anos de vigência em 2022 e instituiu um programa de reserva de vagas em universidades e instituições federais para estudantes provenientes de escolas públicas, de baixa renda e para pessoas pardas, pretas e indígenas. Em 2016, a Lei n.º 13.409/16 ampliou as cotas para incluir pessoas com deficiência. Essas cotas estabelecidas pela legislação reservam 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente em escolas públicas, buscando democratizar o acesso ao ensino e reduzir as desigualdades sociais.

Como servidora pública da Rede Federal de Ensino desde 2015, atuando no Setor de Registros Acadêmicos, testemunhei alguns desafios enfrentados pelos candidatos no processo de ingresso, especialmente nas inscrições e matrículas para vagas destinadas às cotas. Muitos estudantes têm dificuldade em compreender o edital e reunir os documentos corretos, levando a inscrições inadequadas e indeferimentos de matrícula. É evidente que simplesmente sugerir que as pessoas leiam o edital no site da instituição não é suficiente, pois se as informações não forem claras e acessíveis, como elas poderão encontrá-las e compreendê-las?

Diante deste contexto, realizou-se uma pesquisa das produções acadêmicas sobre a Lei n.º 12.711/2012 referente ao processo de ingresso pelas cotas. Para este estudo estamos apresentando a primeira parte da pesquisa, que foi a revisão do estado do conhecimento da referida temática quanto: quais são as barreiras encontradas no processo de ingresso pelos discentes relacionada a política de cotas, bem como a falta de informação nas instituições públicas que adotam essa lei nos processos seletivos.

A estrutura deste trabalho é iniciada com a Introdução, seguido pelo referencial teórico sobre as ações afirmativas. Em seguida, o procedimento metodológico que destaca o estado do conhecimento relacionado ao tema proposto, bem como os resultados obtidos através da revisão do estado do conhecimento. Os resultados apresentados são parciais de uma dissertação de Mestrado profissional em curso. Por fim, as considerações finais e referências.

## REFERENCIAIS TEÓRICOS

A criação de políticas de ações afirmativas, como as cotas nas universidades públicas e institutos federais, visa concretizar o direito à educação de grupos historicamente excluídos, especialmente as minorias étnicas e socioeconômicas. Segundo Silvério (2002, p. 91-92), as ações afirmativas são “um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. [...] as ações afirmativas têm por objetivo fazer realidade o princípio de igual oportunidade. E, [...] prevenir a ocorrência de discriminação”. Dessa forma, essas medidas são fundamentais para promover a justiça social e a inclusão educacional.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca por produções acadêmicas relacionadas à Lei n.º 12.711/2012, nosso objetivo foi identificar títulos e/ou resumos que abordassem os obstáculos, dificuldades e/ou falta de informações no processo de ingresso por cotas em instituições públicas. A seguir, apresentamos o Quadro 1, que resume os locais/repositórios de busca usados e os descritores correspondentes. Quadro 1 – Síntese dos locais/repositórios e descritores

<b>Locais/Repositórios</b>	<b>Descritores</b>
Observatório do ProfEPT	"ações afirmativas", "ação afirmativa", "Lei das cotas", "Cota", "ingresso" e "12.711/2012"
BDTD	"12.711/2012", "ações afirmativas" e "Lei das Cotas"
CAPES	"12.711/2012", "ações afirmativas" e "Lei das Cotas"
Portal CAFe	"12.711/2012", "ações afirmativas" e "Lei das Cotas"
Google Acadêmico	"ações afirmativas" and "informação" and "educação profissional" e "ações afirmativas" and "12.711/2012" and "informação" and "instituto federal"

Fonte: As autoras (2022)

A seguir, apresentaremos as 5 produções que mais se aproximaram do tema de pesquisa.

A dissertação de Alves (2020) com o título: “Políticas de Ação Afirmativa: A Democratização do Acesso de Alunos ao Ifes?”. Teve como objetivo identificar as políticas de ação afirmativa adotadas pelo IFES para matricular estudantes em Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, a fim de entender como essas políticas atuam no direito de acesso a uma Instituição Federal de Ensino. Por meio de consulta documental e bibliográfica, permitiu esclarecer o que é ação afirmativa e qual o IFES utilizou para a admissão de estudantes, consultou os editais dos processos de seleção (2014 a 2018) e analisou o número de candidatos que se inscreveram e o número de candidatos que tiveram a inscrição rejeitada. E os resultados, evidenciaram que desde 2013/1 a Lei n.º 12.711/2012 foi adotada integralmente, como também, foi identificado que nessas políticas de ações afirmativas existe um rigor burocrático, que precisa ser entendido para ser atenuado, pois apresenta sujeitos que fazem parte de um grupo de beneficiários e são excluídos pelo sistema que define suas regras. Portanto, após análise dos resultados, percebeu que as dúvidas encontradas pelos candidatos se repetiram por diversas vezes, em todos os anos pesquisados.

A dissertação de Castro (2016) com o título: “Política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Gurupi: reflexos da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012”. Analisou o sistema de reserva de vagas, com base em critérios raciais e sociais implantados no Instituto Federal do Tocantins Campus Gurupi. Teve como objetivo, examinar a experiência desta instituição de ensino, sob a ótica dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas e gestores, em relação à política de cotas. Os resultados da pesquisa apontaram que a adoção da Lei de Cotas representou um inegável avanço em relação à democratização, quanto ao acesso a grupos historicamente excluídos. Contudo, existe, ainda,

um conjunto de medidas a serem desenvolvidas no seio das instituições de ensino, com vistas ao seu aprimoramento. Recomendou como sugestão os gestores da instituição pesquisada melhorar a questão da divulgação dos processos seletivos, uma vez que na pesquisa de campo observou-se que esta questão da divulgação é insuficiente.

O artigo: “Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade” dos autores Caregnato e Oliven (2017) compararam os níveis de informação, aceitação e julgamento de políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira com base em uma pesquisa realizada no ano de 2015 com a população do estado do Rio Grande do Sul. Foram entrevistadas 990 pessoas. A análise se baseou na comparação de 2 leis: no setor privado, a Lei n.º 11.096/2005, que criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei n.º 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, implementada no setor público federal. Constatou grande familiaridade com o PROUNI e alta aceitação do Programa. Por outro lado, praticamente um terço desconhecia a Lei de Cotas e quase 10% dos entrevistados posicionaram-se contra ela. Em vista desse resultado, analisou as razões e consequências da pouca informação sobre a Lei de Cotas e sua aceitação. Entre os mais escolarizados e os com maior renda, há maior informação. Com base em sua investigação, foi possível afirmar que as políticas afirmativas ainda enfrentam problemas de efetivação por limites concretos no acesso à informação por parte da população potencialmente beneficiária, e por posturas de não aceitação ou de julgamento negativo por parte de setores sociais mais escolarizados e com maior renda, predominantemente brancos. Pontuou, também, que é preocupante esse desconhecimento no estado do Rio Grande do Sul, que possui 7 Universidades Federais, com 30 campi, e 3 Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia, com 29 campi.

O artigo de Ambrosini e Escott (2020), intitulado: “O Desafio da Democratização: o desenvolvimento de uma Guia de Acesso como estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS campus Bento Gonçalves”. A pesquisa teve como objetivo geral desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente, proporcionar uma compreensão mais clara do processo seletivo, das formas de ingresso e das regras dos editais, de modo a orientar os estudantes sobre a natureza do processo seletivo realizado na instituição. O estudo apontou que, além da avaliação meritocrática, o estudante se depara com as burocracias dos editais, a dificuldade de entender as formas de ingresso e o sistema de cotas. E que isso prejudica o acesso aos cursos, pois muitas pessoas acabam se inscrevendo na opção errada ou não participando do sistema de cotas por falta de informação adequada. Nesse sentido, desenvolveu-se um produto educacional, Guia de Acesso, para melhorar o sistema de ingresso no IFRS Campus Bento Gonçalves, contribuindo para que o acesso pleno se efetivasse e promovesse uma maior inclusão de estudantes oriundos da escola pública na Instituição.

A tese de Santos (2018) intitulada: “Implementação da Lei De Cotas em Três Universidades Federais Mineiras” analisou o processo de implementação da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012) em 3 Universidades Federais do Estado de Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Ouro Preto; e Universidade Federal de Viçosa. Como resultado, destacou os efeitos e implicações da Lei de Cotas na gestão das universidades investigadas; a recepção do programa de reserva de vagas, instituído pela lei e os mecanismos de verificação das condições de beneficiários das distintas modalidades de ingresso. A tese, permitiu concluir que, a Lei de Cotas vem exigindo uma mobilização da gestão das universidades, relacionadas à sua operacionalização e, ainda, que essa política inaugurou um tempo novo em relação à inclusão de segmentos com histórico de exclusão nas instituições, a qual não pode ver seus objetivos ameaçados por obstáculos operacionais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após analisar as produções acadêmicas que foram selecionadas para o estado do conhecimento, pode-se concluir que os trabalhos indicam que após a implantação da Lei n.º 12.711/2012 e a adoção das cotas nas universidades e institutos federais, têm contribuído para ampliar o perfil socioeconômico e racial dos alunos, segmentos historicamente excluídos, nas instituições de ensino, contribuindo na democratização do acesso. Contudo, os estudos identificaram os problemas referente à Lei das Cotas. Indicam que ainda persiste a falta de conhecimento sobre as cotas entre o público-alvo desta lei, bem como dúvidas e, conseqüentemente, às instituições enfrentam problemas de efetivação pela limitação no acesso à informação por parte da população potencialmente beneficiária. Precisa melhorar a questão da divulgação dos processos seletivos, que além da avaliação meritocrática, o estudante se depara com as burocracias dos editais, a dificuldade de entender as formas de ingresso e o sistema de cotas. Assim, para esta lei alcançar seus objetivos de inclusão, necessita mobilização e comprometimento institucional, a qual não pode ver seus objetivos ameaçados por obstáculos operacionais e informacionais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas ressaltaram a falta de conhecimento sobre as cotas pela limitação no acesso à informação e a importância de melhorar a divulgação dos processos seletivos. Nesse sentido, esta pesquisa continuará para aprovação do Comitê de Ética. A seguir com a aplicação de questionários com os discentes cotistas, esperamos identificar e compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no processo de ingresso. Adicionalmente, será criado um produto educacional em formato de guia em Linguagem Simples com orientações claras sobre a Lei n.º 12.711/2012, buscando a formulação de estratégias que possam minimizar essas barreiras e tornar o processo de ingresso mais justo e acessível a todos.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, Jeane de Almeida. **Políticas de ação afirmativa: a democratização do acesso de alunos ao Ifes?**. Orientador: Rogério Omar Caliyari. 2020. 63 f. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória, 2020.
- AMBROSINI, Tiago; ESCOTT, Clarice Monteiro. O Desafio da Democratização: o desenvolvimento de uma Guia de Acesso como estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS campus Bento Gonçalves. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 44-70, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
- CAREGNATO, Célia Elizabete; OLIVEN, Arabela Campos. Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade. **Educar em Revista**, n. 64, p. 171-187, 2017.
- CASTRO, Fabíula Gomes. **Política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-Campus Gurupi**: Reflexos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Orientadora: Helga Midori Iwamoto. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.
- SANTOS, Adilson Pereira. **Implementação da Lei de Cotas em três universidades federais mineiras**. Orientadora: Maria do Carmo de Lacerda Peixoto. 2018. 221 f. Tese. (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Sons negros com ruídos brancos. In: ABONG. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2002, p. 89-104